



Infância e criança como construção social: cenários, avanços e prospectos

Childhood and Child as a Social Construction: Scenarios, Advancements, and Prospects

Edney Gomes Raminho¹

Maria Célia da Silva Gonçalves²

Resumo: Este breve ensaio discute contribuições da sociologia da infância (QVORTRUP, 2011; CORSARO, 2011; PROUT, 2010; SARMENTO, 2005; SIROTA, 2001; Javeau, 1994) sobre criança, infância e seus prospectos nas construções sociais das culturas de infâncias. Faz-se um breve levantamento e discussão por revisão bibliográfica quanto ao entendimento que a sociologia da infância apura sobre o tema, ainda que se esteja diante uma realidade teórica sob prospectos de desenvolvimento dada a jovialidade desta vertente da sociologia. A reflexão a que se chega, por ora, é a de que graças à sociologia da infância a criança deve ser valorizada na escola e em todos os demais espaços de aprendizagem como ser ativo, protagonista de suas aprendizagens, rompendo-se com o ciclo de uma cultura cuja adoção à criança é de ser passivo e repetidor da cultura adulta.

Palavras-chave: Sociologia; Infância; Criança.

Abstract: This brief essay discusses contributions from the sociology of childhood (QVORTRUP, 2011; CORSARO, 2011; PROUT, 2010; SARMENTO, 2005; SIROTA, 2001; Javeau, 1994) on children, childhood and their prospects in the social constructions of childhood cultures. A brief survey and discussion is carried out through a bibliographical review regarding the understanding that the sociology of childhood acquires on the subject, even though it is a theoretical reality under development prospects given the joviality of this aspect of sociology. The reflection arrived at, for now, is that thanks to the sociology of childhood, it is convenient for the child to be valued at school and in all other learning spaces as an active being, protagonist of their learning, breaking with the cycle of a culture whose

¹ Doutoranda, mestranda em educação e pós-graduanda em Neurociência, Educação e Desenvolvimento infantil pela Universidade Católica de Brasília; pós-graduada em Língua Portuguesa e graduada em Letras pela PUC – Minas; professora de Língua Portuguesa, revisora de textos. E-mail: edygomraminho@gmail.com

² Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e pela PUC-GO. Estágio Pós-doutoral em EconomicHistoryDepartment of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO (Benevento, Italy). Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Recebido em 11/03/2023

Aprovado em 22/05/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*





adoption to the child is to be passive and repeater of the adult culture.

Keywords: Sociology; Infancy; Child.

1. Contextos

Este breve ensaio parte traz uma rápida discussão sobre as contribuições da sociologia da infância para a construção social da infância. Vale destacar que a sociologia da infância é relativamente jovem, principalmente no ocidente, onde as contribuições são advindas de avanços correlatos em estudos europeus e norte-americanos. Não por acaso, ainda que no Brasil, no final do século XX e nos anos que segue à atualidade no século vigente, os avanços do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da infância como um movimento da vida a ser respeitado, valorizado e discutido, encontra-se uma série de desafios para galgar o espaço das infâncias como uma cultura e da infância como representação de um grupo social específico. Grupo com direitos reconhecidos, porém não usufruídos.

Um exemplo que convém destacar é que pelo menos 2.000.000 de crianças em idade de 11 a 19 anos não frequentam a escola no Brasil (UNICEF, 2022). Um alerta de o quanto ainda é necessário discutir as contribuições da sociologia da infância, seus avanços e desafios. Desafios estes que se tornam tão intensos quanto, ao se tratar do tema, desdobrando-se para as questões do trabalho infantil doméstico no Brasil. São mais de 80.000 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos recrutadas para este fim (FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, 2022).

Com isso, o índice de crianças em risco de vulnerabilidade social, à margem das condições básicas de desenvolvimento e de reconhecimento como um grupo sócio-identitário próprio vai se marginalizando. Quais as contribuições da sociologia da infância para discutir e desvalar projectos de esperança para esta realidade a considerar a prática pedagógica na educação infantil? Supõe-se da reflexão necessária à discussão condição substancial para trazer à baila contribuições da sociologia da infância que ampliem não só os espaços de discussão bem como os ecos destes em todos os extratos sociais, sobremaneira, aos mais vulneráveis pela formação educativa das e nas escolas.

Deste modo, tem-se como objetivo discutir contribuições da sociologia da infância (QVORTRUP, 2011; CORSARO, 2011; PROUT, 2010; SARMENTO, 2005; SIROTA, 2001;



Javeau, 1994) sobre criança, infância e seus prospectos nas construções sociais das culturas de infâncias.

Faz-se um breve ensaio bibliográfico apresentando o entendimento que tal vertente de estudos apura sobre o tema, ainda que se esteja diante uma realidade teórica sob prospectos de desenvolvimento dada a sua jovialidade.

Muito se nota a reprodução de valores capitais do mundo mercantil de que a criança é apenas uma reprodutora da cultura adulta. E com isso, o espaço e o valor da criança como capaz de produzir, de construir sua própria cultura nos pares não apenas com adultos bem como também com outras crianças não é considerado. O que convoca a refletir sobre o desenvolvimento de caminhos e possibilidades para as infâncias sob o olhar da sociologia.

2. Contribuições e possíveis avanços dos estudos sociais da infância para a compreensão da criança e de culturas infantis

Para Qvortrup (2011), Quando se pensa a infância como estrutura social, ou seja, como uma construção com raízes e matizes próprias não se está considerando o desenvolvimento da criança, mas no desenvolvimento da infância. Na sua autonomia, através da qual se tem um círculo vital caracterizado pelas marcas das ações, dos modos de sentir e de construir relações e entendimentos deste modo da vida. O autor critica o modo como a sociedade trata a criança. Um ser que precisa ser e atender às expectativas do mundo adulto.

Adotando a criança desta maneira, o que a sociedade faz ao descaracterizar a criança de suas marcas próprias, de seus modos próprios de agir e construir relações sociais é vulnerabilizá-la a não se reconhecer enquanto indivíduo autônomo, incapaz de protagonizar suas próprias histórias e modo de representação da realidade e de criação interativa com a mesma.

O autor destaca que “a infância não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica” (QVORTRUP, 2011, p. 635). Nesse sentido ao se marginalizar a criança e sua cultura de infância, há um processo marginal que pode se estender muito além, assinalando marcas no imaginário do indivíduo, as supressões de si geradas pelo cerceamento de sua culturalidade enquanto criança.

Pelo imaginário, a criança constrói seu modo de fazer a infância. Afinal de contas





é bem assim que acontece durante o desenvolvimento psicológico dela. O imaginário é o espaço onde ela se reconhece, transforma-se e cria cenários de sentidos para as coisas. Afinal, para ela, o mundo é o mundo do imaginário e ali ele tem sentido; para depois haver sentido para as coisas no mundo externo, bem como já pensava Piaget (1962) em seus estudos sobre a psicologia do desenvolvimento.

Por isso, convém, à luz da sociologia da infância, tratar da infância como conceito vertical na história, não como conceito horizontal, linear. Não é assim o processo de sociabilidades da criança. Ela o constrói por meio de circuitos, de imagens, insites reflexos que abrem, fecham e se entrecruzam sem nenhuma pretensão e preocupação linear.

É nesta perspectiva que Corsaro (2011) acredita na importância de repensar o lugar da criança e da infância na estrutura social. E que, desta forma, modos de pensar, de agir e de se fazer reconhecer pela criança não estariam limitados a questões biológicas do desenvolvimento, sobremaneira aos modos como as infâncias e a criança que nelas atuam se mostram e querem ser identificadas: como atores sociais, protagonistas, agentes também responsáveis pelas mudanças nestas estruturas.

Sob este espectro, a infância e a criança são construções em movimentos sociais e históricos. Ao passo que a criança assume seu espaço, ela também dá sua conotação identitária para uma vertente da infância (CORSARO, 2011; QVORTRUP, 2011).

E, assim, a infância se situa muito de um momento precursor. Ela alcança o lugar de constitutivo da cultura e da sociedade (Javeau, 1994).

Sirota (2011, p. 19), então, defende que

as crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização.

Pode-se ilustrar esta defesa da autora, com, dentre outros exemplos, com o fato de que as crianças são capazes de se apropriar de importantes oportunidades sociais como na arte, nos jogos, nas representações lúdicas, no teatro, na dança, na música e tantos outros. Quando limitadas a estas condições e submetidas à condição de vulnerabilidade, a criança acaba, então, tendo aquele como seu espaço de representação. Por isso, situações de equidade educativa devem ser ofertadas a todas as crianças, para bem de uma sociedade que galgue um desenvolvimento





equânime.

Em todas as situações bem como nestas situações as crianças querem participar, contribuir e aprender com seus pares. Elas têm capacidade e o desejo de atuarem como protagonistas de si (SARMENTO, 2005). Não como alguém que obrigatoriamente tenha que reproduzir o comportamento de adultos, mas que são competentes o bastante para desenharem suas interpretações das coisas e dar-lhes um corpo de infâncias, fortalecendo seus modos de interagir com os pares, sendo agente de suas ideias, imaginários e de formas de materializá-los nas interações sociais, o que Corsaro (2011) define como agências

Apesar disso, o autor pondera que

é comum que os adultos vejam as crianças de forma prospectiva, isto é, em uma perspectiva do que se tornarão – futuros adultos, com um lugar na ordem social e as contribuições que a ela darão. Raramente as crianças são vistas de uma forma que contemple o que são – crianças com vidas em andamento, necessidades e desejos. Na verdade, na vida atual, as necessidades e os desejos das crianças são muitas vezes considerados como causa de preocupação por adultos, como problemas sociais ameaçadores que precisam ser resolvidos. Como resultado, as crianças são empurradas para as margens da estrutura social pelos adultos, (incluindo teóricos sociais), mais poderosos, que se concentram, muitas vezes, nas crianças como potencial e ameaça para as sociedades atuais e futuras (CORSARO, 2011, p. 19):

Então, para a cultura adulta, acaba sendo menos trabalhoso não olhar para a criança como cultura própria, mas como aquela possível de ser manipulada e cerceada. Não como aquela que tem voz própria, embora a criança relute contra isso e em muitas situações com choros; e com modos específicos de reivindicação tente demonstrar sua negação, frustração e instisfação.

Sob estes óculos, a criança prova que não é apenas um ser que deve acatar os anseios dos pais, daquilo que ela virá a ser no futuro. Até mesmo às instituições educativas cabe a reflexão de modos mais inovadores, acolhedores e valorativas das infâncias como construções que se dão por meio das relações por pares.

3. Possíveis implicações na prática pedagógica na educação infantil - Prospectos

As contribuiçda educação infantil que precisa conhecer a realidade da criança, considerando os círculos em que ela constrói suas relações de pares, por sua vez, sua identidade e suas representações sociais. A isso não se implica apenas o conhecimento técnico, epistemológico em perspectiva sociológica e suas interfaces psicológicas. Estes





devem ser agregados à vivência do professor com as culturas infantis, suas diferentes e plurais identidades histórico-culturais: crianças quilombolas, crianças indígenas, crianças trabalhadoras do campo, crianças em situação de vulnerabilidade social em aglomerados urbanos bem como aquelas que, embora sejam dotadas de todas as condições financeiras, não contam com a presença e a participação ativa de seus pais nos círculos de culturas cotidianas.

Mesmo que na atualidade já se possa contar com a participação de políticas públicas, como disposto na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação com os dispositivos específicos para a primeira infância, os ensejos da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, que visa em seu objetivo de número quatro educação de qualidade para todas as pessoas, a sociologia da infância deve ser aporte fundamental também.

A Lei 13.257 reafirma a definição de que as responsabilidades relativas à educação infantil. Houve avanços para o desenvolvimento de política para a infância a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do adolescente, da LDB bem como da Base Nacional Comum Curricular. Cabe assim agregar o preconizado nestas legislação aos achado que a sociologia da infância tem desvelado.

As contribuições tanto da legislação quanto da sociologia da infância levam o professor, de maneira especial da educação infantil, a assumir e a se apropriar do entendimento e de atitudes de que não se pode separar educar do cuidar. Na creche, na educação infantil e em todas as etapas da educação, o profissional precisa educar cuidando da criança. A afetividade é parte das ações educativas. Tal como ensinado por Freire (1997), espera-se do educador a formação, a sensibilidade, a escuta atenta, a condição intelectual e o traquejo metodológico para bem alimentar o sentido as culturas de pares, de agências para o efetivo engajamento das crianças no protagonismo infantil.

Para tanto, urge ao professor se desenvolver-se na perspectiva ontológica, epistemológica e metodológica. Na perspectiva, epistemológica de fomento de capacidades, de competências e atitudes para desenvolver metodologias de ensino que deem voz à criança, que lhes abram espaços de expressão – tanto da criança quanto do professor- deste para conhecer-se enquanto mediador do processo de desenvolvimento da criança. Assim a criança possa se sentir afetivamente acolhida, cativada, motivada para o seu próprio ser e para as suas representações nas/ para as relações de pares.





4. Considerações finais

Em virtude disso, espera-se do eprofessor da educação infantil mais que atenção de um cuidador de crianças. Ele precisa oferecer condição técnica para o desenvolvimento da cultura infantil na infância. É nesse sentido que além da boa vontade, do saber ontológico, o professor precisa de conhecimento adquiridos no processo de formação técnica na formação continuada de professores. Lidar com a complexidade que faz parte da constituição sociológica da infância e da criança requer a sistematização de um conjunto de expertises possíveis pela formação docente contínua e de qualidade.

Na perspectiva metodológica, são bem-vindos e de grande relevância os projetos para a educação infantil. Por exemplo: Projeto com os animais – desenvolve a afetividade da criança com as demais espécies, oportunizando uma cultura de integração da criança com o meio. Algo que se relaciona com o espaço e pode cuidar dele por estar tão integrado a ele e ser um dos entes responsáveis por desenvolver-se enquanto o desenvolve e o modifica. Outro exemplo é o projeto datas comemorativas- Situa a criança quanto à história de suas culturas.

A tudo isso convém associar o brincar que está previsto em toda a legislação e diretrizes para a educação infantil. As crianças não são seres passivos. Elas estão em constante processo de mudança e da necessidade de interagir com o meio, transformando-o, ao passo que são transformadas por ele.

Por isso, graças à cultura de pares, desvalada pela sociologia da infância, para a qual as crianças são aptas, elas podem ser autoras de suas próprias trajetórias; não simplesmente repetidoras da cultura adulta e a esperança para o futuro. A sociologia leva a refletir que a criança é o presente, é um ser em relações no mundo agora.

Portanto, a criança deve ser valorizada na escola e todos os demais espaços de aprendizagem como ser ativo, protagonista de suas aprendizagens. A sociologia aqui aponta que elas têm capacidade interpretativa e de construção de saberes próprios, formadores de suas identidades e de suas individualidades. Por força dos jovens estudos sociológicos para a infância, cabe entender, por fim, os processos formativos da infância como fortalecedores da criatividade e altivez das crianças que tanto veem o mundo como um lugar para ser sempre melhor, possível de ser refeito por elas mesmas, não no futuro, mas no presente com a forma e o protagonismo infantil.



REFERÊNCIAS

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho d'Água: São Paulo, 1997.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI), 2022). Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil lança estudo sobre a situação do trabalho infantil doméstico no Brasil. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2022/10/05/forum-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil-lanca-estudo-sobre-a-situacao-do-trabalho-infantil-domestico-no-brasil/>. Acesso em: nov. 2022.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 maio 2022

JAVEAU, C. **Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales**: enfances et sciences sociales. Revue de l'Institut de Sociologie, n. esp. Université Libre de Bruxelles, 1994.

PIAGET, J. (1962). **Commentaires sur les remarques critiques de Vygotsky**. Em B. Schneuwly & J. P. Bronckart (Orgs.), *Vygotsky aujourd'hui* (pp.120-137). Neuchâtel/Paris: Delachaux et Niestlé.

QVORTRUP, J. **Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social"**. Pro-Posições. 2011, v. 22, n. 1, p. 199-211. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015>. Acessado 02 Ago. 2022.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade**: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade* [online]. 2005, v. 26, n. 91, pp. 361-378. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>. Acessado 12 ago. 2022.

SIROTA, R. **Emergência de uma sociologia da infância**: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, mp. a7r-ç3o1/ ,2 m00a1rço/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/X8n4RcnLnhdysVSwNG5Tww/?lang=pt>. Acesso nov. 2022.

UNICEF, 2022. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>, Acesso nov. 2022.